



Chrys Chrystello*

Precisa-se paz e sossego

Rezam as crónicas mais antigas que nunca fui de violência, nem consta que alguma vez tenha andado à pancada com alguém, preferi sempre uma escapatória ao confronto físico.

Terçar argumentos, dissertar filosoficamente sobre a maioria dos temas era o meu tabuleiro de xadrez favorito. Desde muito novo que tenho uma noção de equidade, justiça, que tento fazer prevalecer, e gabo-me de ter inculcido isso ao meu filho mais novo, que viveu connosco até aos 28 anos.

Vem isto a propósito de uma análise, típica da terceira-idade, que fiz há dias sobre o que se passou no mundo neste último século e meio (metade desse tempo conto já eu). Assistimos aos maiores dislates, guerras mundiais, genocídios sem conta, nem peso nem medida, ditadores para todos os gostos, de tal modo que já perdi a conta às centenas de eventos de mortandade a que o mundo assistiu.

Há dias estava a ver uma série documental científica sobre as pessoas que se queixam de terem sido levadas para naves e que padeceram de sevícias por seres não-biológicos ou não-terrestres e dos vários médicos especialistas que as estudaram, diagnosticaram, hipnotizaram, examinaram os seus cérebros, TAC, MRI (ressonâncias magnéticas), e excluíram patologias de qualquer tipo psíquico ou psicológico. Em todas elas havia pontos comuns, mas o que mais me chamou a atenção era a de todas terem uma maior empatia (que o comum dos mortais) para com o mundo que habitamos, a necessidade de haver mais amor, compaixão, paz e sossego. No fundo o que sempre prescrevi para mim e, que eu saiba, nunca fui raptado por extraterrestres, mas sempre entendi como uma missão capaz de justificar a minha presença neste orbe terráqueo que habita-

mos...

Face às crescentes ameaças de loucos, tiranos, sanguinários líderes mundiais de Netanyahu, a Trump, Putin e outros, permitia-me sugerir aos senhores extraterrestres (se existirem e andarem a fazer experiências com humanos) para fazerem o favor de levarem esses senhores da guerra, a ver se se tratam e se voltam mais pacíficos e menos afoitos a guerras.

Assim, poderia ambicionar viver em paz nestes últimos anos que me restam. Sei que é um pedido utópico e poético, como aliás faz parte da minha natureza, mas poderíamos adiar ou evitar a destruição deste mundo que ainda é o único que habitamos, repetindo o destino de tantas civilizações que desapareceram sem deixar rasto depois de terem atingido um grau elevado de desenvolvimento.

Apesar de isto não ser o caso dos 50 anos de autonomia dos Açores, onde se anda para trás, como o caranguejo, mas a passos largos e rápidos como a lebre. Qualquer dia temos Capitães dos Donatários, de novo, tal o bairrismo exacerbado a que se assiste.

E mesmo que os fenícios, cartagineses ou vikingues regressassem a estas ilhas, como alguns historiadores aventam, nada faria supor que esta-riamos melhor com eles, sabendo, de antemão, que o destino de todas as ilhas vulcânicas, como estas, é submergirem, mais cedo ou mais tarde como aconteceu na lenda da mítica Atlântida.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício n.º 297713
MEEA-AJA (IFJ)



Diniz Borges, nos EUA

Uma Nação no Limite das Suas Palavras: A ascensão de uma crise constitucional

“A Constituição é o guia que nunca abandonarei”
Alexander Hamilton

A abordagem da administração Trump à governação americana suscitou debates sobre uma potencial crise constitucional nos Estados Unidos. Qualquer análise imparcial às ações tomadas pela administração de Donald Trump, mostram-nos, clara e inequivocamente, o intuito de desafiar as normas democráticas estabelecidas, o equilíbrio de poderes e o Estado de Direito, o que, potencialmente, provocará a uma crise constitucional.

O Presidente Trump tem demonstrado um padrão de nomeação de indivíduos para posições-chave com base na lealdade e não na competência, o que leva a despedimentos em massa e a uma redução da eficácia do governo americano. Esta abordagem mina o sistema de serviço civil baseado no mérito e levanta preocupações sobre a politização das agências federais. Todo o circo diário em Washington mina a confiança do público na imparcialidade e competência das instituições governamentais, uma pedra angular da governação democrática. Estamos perante uma verdadeira erosão das normas democráticas, e à beira de uma crise constitucional. Tal como escreveu o jornal New York Times: “Não existe uma definição universalmente aceite de crise constitucional, mas os juristas estão de acordo quanto a algumas das suas características. É geralmente o produto de um desafio presidencial às leis e às decisões judiciais. Não é binária: É um declive, não um interruptor. Pode ser cumulativa e, uma vez iniciada, pode piorar muito.” Também pode ser óbvio, como disse Erwin Chemerinsky, Reitor da Faculdade de Direito da Universidade da Califórnia, em Berkeley, ao mesmo jornal: “Estamos no meio de uma crise constitucional neste momento - houve tantas ações inconstitucionais e ilegais nos primeiros 28 dias da presidência de Trump. Nunca vimos nada semelhante.”

A utilização frequente, por parte desta administração, de decretos executivos para contornar o Congresso afeta a separação dos poderes executivo e legislativo. Nomeadamente, as tentativas de reverter o direito à cidadania por nascimento e de congelar a despesa federal foram objeto de contestação jurídica, demonstrando a vontade da administração de testar os limites da autoridade executiva. São atos que levantam questões sobre o equilíbrio de poderes, e um executivo que se excede, sem qualquer respeito pelos outros órgãos da constituição ame-

ricana. Já em 1788, James Madison avisou sobre os perigos da concentração de poder, como o princípio de uma crise constitucional: “A acumulação de todos os poderes, legislativo, executivo e judicial, nas mesmas mãos... pode ser justamente considerada a própria definição de tirania.”

A reação da administração a decisões judiciais desfavoráveis aumentou ainda mais as tensões entre os três ramos do governo. Ao criticar abertamente os juizes e, em alguns casos, ao desrespeitar as ordens do tribunal, a administração desafia o papel do poder judicial. É mais do que óbvio que os contínuos assaltos ao Estado de Direito, criam um precedente preocupante para as futuras interações entre o poder executivo e os tribunais. Veremos se juizes como Brett Kavanaugh, nomeados pelo Presidente no seu primeiro mandato são leais aos seus princípios, ele que há pouco tempo escreveu: “considero que um poder judicial independente é a jóia da coroa da nossa república constitucional.”

O estilo de governação da segunda administração de Donald Trump introduziu desafios significativos no quadro constitucional dos Estados Unidos. Estão em causa as normas democráticas, aumentam os desafios à separação de poderes, espicaça-se a autoridade judicial e expande-se o poder executivo. Se esta tendência continuar, ou aumentar, como nos dizem alguns elementos da administração, é mais do que certa, a intenção do atual presidente americano de preparar o terreno para uma potencial crise constitucional. Há forças na administração que acreditam que tal crise seria benéfica para este segundo mandato. Este é, sobretudo, um jogo muito perigoso para o processo democrático nos EUA. Em 1858 Abraham Lincoln, o fundador do Partido Republicano disse-o: “Uma casa dividida contra si própria não pode subsistir.”

A preservação da integridade da democracia americana exige um novo compromisso com os princípios de controlo e equilíbrio, o respeito pelo Estado de Direito e a manutenção de instituições sólidas e independentes. Não esperem que isso venha do poder executivo. Nunca foi tão importante, particularmente nos últimos 75 anos da história americana, a independência da jurisprudência, uma oposição séria e vigorosa, uma comunicação social isenta e sem receios de represálias e uma sociedade civil alertada para os perigos que atravessamos. Há cerca de 250 anos que Thomas Jefferson fez um apelo intemporal para nos mantermos atentos às ameaças à democracia, incluindo as crises constitucionais, escrevendo: “o preço da liberdade é a eterna vigilância.”